

MUDANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL: COMO FICA O MARCO LEGAL DOS PORTUÁRIOS?

Com o início dos trabalhos legislativos no país, um novo cenário se configura, em especial para os trabalhadores portuários. O novo marco legal dos portos, que foi aprovado no final do ano passado pela Comissão de Juristas para Revisão Legal e Exploração de Portos e Instalações Portuárias (Ceportos) deve começar a tramitar na Câmara dos Deputados nas próximas semanas.

O objetivo é que, até março, os debates entre as três federações que representam portuários (FNP, FNE e Fenccovib) e a Fenop evoluam dentro do Fórum Permanente Portuário para que os pontos que prejudicam os trabalhadores portuários sejam revisados.

O então presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu o relatório da comissão, mas não deu andamento à proposta, que desagradou sindicatos e governo, mas atende aos interesses do setor privado.

Já novo presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), deverá iniciar a tramitação do novo marco legal portuário ainda em fevereiro.

A proposta de lei será elaborada com base no anteprojeto da Ceportos e propõe a redução das categorias de trabalhadores portuários avulsos para apenas três: estivador, capatazia e conferente. Além disso, criaria uma empresa privada para administrar a mão de obra avulsa, acabando com os Ogmos, sem falar no enfraquecimento das negociações sindicais. Há outros diversos pontos em questão, que foram detalhados pelas três Federações em ofício entregue ao Ministério de Portos e Aeroportos.

O deputado federal Paulo Alexandre Barbosa, que preside a Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA), afirmou em entrevista que Motta se comprometeu a manter um diálogo aberto sobre o assunto. Barbosa disse ainda que é preciso evoluir, mas preservando os empregos dos trabalhadores portuários.

Enquanto aguardamos a composição das Comissões do Senado e o posicionamento dos parlamentares nesse novo cenário que está sendo orquestrado, os portuários vivem a expectativa de conseguir avançar na preservação do real sentido de ser portuário, para que essa profissão secular não seja reduzida a pó, como pretende o relatório da Ceportos.

